

**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA
CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO JOVEM
EM BELO HORIZONTE**

**LIVRO 12. JUVENTUDES EM BELO
HORIZONTE**



**DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E
DO JOVEM EM BELO HORIZONTE**

LIVRO 12. JUVENTUDES EM BELO HORIZONTE

Belo Horizonte
2013

Os dados apresentados e sua interpretação são de responsabilidade de seus autores e não traduzem, necessariamente, a opinião dos contratantes da pesquisa. Os dados, figuras, gráficos, tabelas, cartogramas, quadros e as interpretações apresentadas neste diagnóstico podem ser reproduzidos para fins educacionais e de pesquisa, desde que citada a fonte. São dados públicos e a pesquisa foi financiada pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA de Belo Horizonte - MG. Vedada a sua comercialização, nos termos da Lei de Direitos Autorais do Brasil.

Realização: Prefeitura de Belo Horizonte
Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Execução: Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre Ltda.

Revisão: Ev[^]Ângela Barros

Projeto Gráfico: Dener Antônio Chaves

Editoração: Editora São Jerônimo

Capa: Robert de Andrade

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Luciana de Oliveira M. Cunha, CRB-6/2725)

D536 Diagnóstico da situação da criança, do adolescente e do jovem em Belo Horizonte [recurso eletrônico]: Livro 12.: juventudes em Belo Horizonte / Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre; Amadeu Roselli-Cruz/ Dener Antônio Chaves / Dilma Fróes Vieira / Dimas Antônio Souza / Marco Antônio Couto Marinho, coordenação. – Belo Horizonte: UNILIVRECOOP, 2013.
1 CD-ROM

Inclui bibliografia
Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader
ISBN 978-85-66939-05-7 (obra compl.)
ISBN 978-85-66939-27-9

1. Crianças – Condições sociais – Belo Horizonte (MG). 2. Adolescentes – Condições sociais – Belo Horizonte (MG). I. Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre. II. Título: Livro 12.: juventudes em Belo Horizonte.

CDD 305.23098151
CDU 308-053.2/.6(815.1)

Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre Ltda - UNILIVRECOOP
R. Eurita, 768 CEP: 31010-210 Belo Horizonte – MG
Tel.: (31) 3646-5781 - E-mail: unilivrecoop@unilivrecoop.com.br.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte – MG
Rua Eurita, 587 – Bairro Santa Tereza – Belo Horizonte/MG – CEP: 31.010-210
Tel.: (31) 3277-5685 – E-mail: crianca@pbh.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOCIAIS

**SECRETARIA MUNICIPAL ADJUNTA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS
DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE



Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre - UNILIVRECOOP

Planejamento e Execução da Pesquisa

Pesquisadores:

Amadeu Roselli-Cruz

Coordenação Geral

Dimas Antônio de Souza

Coordenação Executiva

Dener Antônio Chaves

Dilma Fróes Vieira

Marco Antônio Couto Marinho

Coordenação Técnica

Jardel Sander da Silva

Maria Luísa Magalhães Nogueira

Técnico Responsável

Walter Ernesto Ude Marques

Consultor

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - 2013/2015

Representantes da Sociedade Civil

Titulares

Associação Profissionalizante do Menor – ASSPROM
Associação Projeto Providência
Associação Casa Novella
Associação Comunitária do Bairro Felicidade – ABAFE
Inspetoria São João Bosco
Instituto Ajudar
Pró Bem – Assessoria e Gestão Criança
Ordem Religiosa das Escolas Pias – Padres Escolápios
Escola de Esportes Visão da Vida
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE/BH

Suplentes

Centro de Desenvolvimento Comunitário Vila Leonina
Associação Unificada de Recuperação e Apoio – AURA
Cooperação para o Desenvolvimento e Moradia Humana
Sindicato dos Oficiais de Registro Civil de M.G RECIVIL
Instituição Beneficente Martim Lutero
Creche Dora Ribeiro
Instituto Missionário dos Sacramentinos de N. Senhora /Seminário Maior Padre Julio Maria
Grupo de Desenvolvimento Comunitário
Organização Educacional João XXIII
Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do BB

Representantes Governamentais

Titulares

Fundação Municipal de Cultura
Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação – SMPL
Municipal Adjunta de Esportes
Secretaria Municipal de Políticas Sociais-SMPS
Secretaria de Administração Regional Municipal
Secretaria Municipal de Finanças
Secretaria Municipal de Educação – SMED
Secretaria Municipal de Governo
Secretaria Municipal de Saúde

Suplentes

Fundação Municipal de Cultura

Secretaria Municipal Adjunta de Assistência Social – SMAAS

Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Informação – SMPL

Secretaria Municipal Adjunta de Esportes

Secretaria Municipal de Políticas Sociais-SMPS

Secretaria de Administração Regional Municipal

Secretaria Municipal de Finanças

Secretaria Municipal de Educação – SMED

Secretaria Municipal de Governo

Secretaria Municipal de Saúde

AGRADECIMENTOS

Aos Conselheiros, aos funcionários e aos componentes da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte (CMDCA/BH) gestões 2010 – 2012 e 2013 – 2015.

Aos membros do Grupo de Trabalho responsável pelo acompanhamento da produção desse Diagnóstico.

Aos participantes dos Grupos de Trabalho (01 - Cultura, Educação e Trabalho; 02 - Sistema de Garantia de Direitos e Violações; 03 - Família e Saúde) do “Seminário de Apresentação do Diagnóstico da Situação da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte”, realizado pela UNILIVRECOOP em parceria com o CMDCA, em 20 de maio de 2013, no auditório da Prefeitura deste município.

Agradecimentos Institucionais

AFISCON – Assessoria Fiscal, Contábil, Jurídica e Tributária;
AMAS - Associação Municipal de Assistência Social;
Associação dos moradores do DANDARA
CAPUT - Centro de Atendimento e Proteção a Jovens Usuários de Tóxicos;
CCBH - Centros de Cultura de Belo Horizonte;
CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas;
CDPCM-BH - Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município;
CEAPA - Central de Acompanhamento de Penas Alternativas;
CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social;
CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes;
CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente;
CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais;
CEFAR - Centro de Formação Artística;
Centro POP/ Miguilim - Centro de Referência Especializado para População de Rua para Crianças e Adolescentes;
CERSAM i- Centro de Referência de Saúde Mental da Infância e da Adolescência;
CERSAM-AD - Centro de Referência em Saúde Mental – Álcool e Drogas;
CMT - Centro Mineiro de Toxicomania;
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social;
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social;
CT - Conselhos Tutelares;
DATA-SUS de Minas Gerais;
DEICC - Delegacia de Investigação de Crimes Cibernéticos;
DEPCA - Delegacia Especializada de Proteção à Criança ao Adolescente;
DIHPP - Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil de Minas Gerais;
DOPCAD - Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente;
DPMG - Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais;

DRPD - Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida;
FECTIPA - Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente;
FHEMIG - Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais;
FMC - Fundação Municipal de Cultura;
FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência;
Fórum Estadual e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente;
Fórum da Juventude;
FPM - Fundação de Parques Municipais;
GECMES - Gerência de Coordenação de Medidas Socioeducativas;
GECOM/SARMU - Gerência Regional de Comunicação Social da Secretaria de Administração Regional Municipal;
GEEPI – Gerência de Epidemiologia e Informação;
GEIMA - Gerência de Informação Monitoramento e Avaliação;
GEINE – Gerência de Inserção Especial;
GERED - Gerências Regionais de Educação;
GME/SUASE-SEDS - Gerência de Mapeamento Estatístico da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais;
GVSI - Gerência de Vigilância em Saúde e Informação;
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
IEPHA-MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais;
JIJ/BH - Juizado da Infância e da Juventude de Belo Horizonte;
MAP - Museu de Arte da Pampulha;
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira;
MHAB - Museu Histórico Abílio Barreto;
MPMG - Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
NAF - Núcleos de Apoio à Família;
NAMSEP - Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas da PBH;
NAVCV - Núcleo de Atendimento a Vítimas de Crimes Violentos;
NUPSS - Núcleo de Psicologia e Serviço Social;
OBID - Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas;
PBH – Prefeitura de Belo Horizonte;
PCMG - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais;
PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais;
PRODABEL - Empresa de Informática e Informação de Belo Horizonte;
PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais;
SCOMPS - Secretarias Municipais de Coordenação de Gestão Regional, vinculadas à Secretaria Municipal de Coordenação de Política Social;
SDH/PR - Secretaria Direitos Humanos da Presidência da República;
SEC - Secretaria Estadual de Cultura;
SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social;
SEDH - Secretaria de Direitos Humanos;
SEDS - Secretaria de Estado de Defesa Social;
SEEJ - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer;
SEF - Setor de Estudos Familiares;
SEF/VIJ-BH - Setor de Estudos Familiares da Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte;

Sumário

Prefácio	15
Apresentação	17
Leia-me	19
Lista de Siglas	21
INTRODUÇÃO	29
12.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	31
12.2. CATEGORIAS	33
12.2.1 Juventude e Políticas Públicas	33
12.2.2 Cultura.....	35
12.2.3 Trabalho	37
12.2.4 Educação	38
12.2.5 Violência	38
12.2.6 Saúde.....	40
12.2.7 Família	42
12.2.8 Pesquisas e Dados Disponíveis	42
12.3. REUNIÃO COM OS JOVENS DA COMUNIDADE DANDARA – INTEGRANTES DA FRENTE DA JUVENTUDE DO MOVIMENTO RURURBANO BRIGADAS POPULARES	43
12.4. DESCRIÇÃO DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM O FÓRUM DAS JUVENTUDES QUE PARTICIPARAM DOS GRUPOS TEMÁTICOS	46
12.4.1 Associação de Imagem Comunitária - AIC	46
12.4.1.1 Rede Jovem de Cidadania (RJC):.....	47
12.4.1.2 Rede Juventude de Atitude:.....	47
12.4.1.3 Estação da Música Jovem:.....	48
12.4.1.4 Oi!Kabum:	48
12.4.2 Observatório da Juventude – UFMG	49
12.4.3 Oficina de Imagens - OI.....	50
12.4.3.1 Participação social e políticas públicas:	52
12.4.3.2 Políticas de Juventude.....	53
12.4.3.3 Comunicação:	54
12.4.4 Brigadas Populares – Dandara	55

12.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERÊNCIAS	58

Prefácio

Diagnóstico da Infância e Adolescência: Um norte para as políticas públicas

Garantir a primazia do atendimento à criança e ao adolescente pelas políticas públicas sociais conforme determina a Carta Maior de nosso país, a Constituição Federal de 1988, exige avaliar a efetividade dos serviços prestados a esse público. A partir da criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Brasil passou a pautar-se por uma legislação desafiadora, que impulsiona o poder público e a sociedade civil a encontrar soluções cada vez mais eficientes para assegurar, de fato, os direitos da infância e da adolescência brasileiras.

Signatário de diversos pactos internacionais referentes a essa causa, o país responsabiliza-se também por cumprir a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, aprovado em 1959, e, em nível continental, o Pacto de São José da Costa Rica, celebrado em 1969, que estabelece, em seu artigo 19, que “toda criança tem direito às medidas de proteção que sua condição de menor requer por parte da família, da sociedade e do Estado”.

Alguns anos depois da criação do ECA, em 1994, testemunhamos a realização do primeiro diagnóstico para dar transparência à realidade de nossas crianças e adolescentes em Belo Horizonte. Hoje, damos mais um importante passo na consolidação dos avanços ao apresentarmos à sociedade a edição renovada deste importante documento.

O Diagnóstico da Situação da Infância e Adolescência no Município de Belo Horizonte, idealizado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA –, em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte, traz uma compreensão sobre a rede de atenção a nossas crianças e adolescentes e aponta as diversas realidades e situações vivenciadas por esse público na capital mineira.

O presente documento detalha o contexto de avanços e desafios em que nos encontramos perante esta temática, constituindo-se como mais uma ferramenta de informações para a elaboração e o planejamento das ações do município destinadas à infância e juventude. As estatísticas e os dados revelados nesta pesquisa contribuem para a construção de políticas públicas mais eficientes, para a criação de metas e objetivos norteadores da aplicação de recursos públicos, bem como expõem os avanços na oferta de serviços, programas e projetos a essa prioritária parcela da população.

No que tange às políticas sociais, o Diagnóstico também contribuirá para o enfrentamento de violações de direitos, combatendo vulnerabilidades sociais em que vivem muitas de nossas crianças e adolescentes. A partir dele, será possível agir com maior assertividade na busca de soluções para a promoção social, ponto fundamental da atuação do Estado, o que renova o nosso compromisso de garantir um futuro promissor para as novas gerações.

Maria Gláucia Brandão

Secretária Municipal de Políticas Sociais

Marcelo Alves Mourão

Secretário Municipal Adjunto de Assistência Social

Apresentação

O Diagnóstico da Situação da Criança, do Adolescente e do Jovem de Belo Horizonte, é um processo de construção de uma prática que busca estabelecer parâmetros para formulação, implementação e controle social sobre as Políticas Públicas para a infância e a adolescência em Belo Horizonte, através de uma reunião de dados, da análise conjunta dos problemas e das potencialidades do nosso município.

Este processo se iniciou em 2011 e passou por vários momentos de reflexão, discussão e dificuldades que envolveram todos os conselheiros do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –, dos pesquisadores e dos técnicos dos serviços responsáveis pelas políticas públicas e pelas informações e dados sobre as mesmas.

O contexto em que se coloca este diagnóstico é também parte do processo e com ele aprendemos muito, posto que esta prática seja inovadora.

políticas públicas reorientadas no contexto das reformas democráticas constituíram um avanço dos direitos civis e a consolidação da política social como fundamento do Estado de direito. No Brasil, o processo de consolidação da cidadania social tem suas especificidades dadas pela ausência da relação entre direitos civis e políticos com a implementação de políticas públicas que efetivem estes direitos.

A permanente disputa entre interesses individuais e privados com os direitos coletivos e comuns interfere na distribuição de recursos e definição de prioridades. As políticas sociais, por si sós, certamente não dariam conta de todas as mazelas sociais, mas podem contribuir muito para impedir que as desigualdades se reproduzam.

Neste contexto o Diagnóstico da Situação da Criança, do Adolescente e do Jovem agora publicado pelo CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte, tem o papel fundamental de orientar, formular, deliberar e exercer o controle social sobre as políticas públicas voltadas para o atendimento à criança e ao adolescente.

Para que se possam exercer estas funções com responsabilidade e competência e para que possamos assumir essa atribuição que o Estatuto da Criança e do Adolescente nos determina, é preciso que os conselhos de direitos produzam conhecimento a respeito da realidade social das crianças e adolescentes em seu município. A forma mais coerente de se fazer um retrato desta realidade é através da produção de um diagnóstico.

Conhecer a realidade da infância e da adolescência do município é fundamental para o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos e para elaboração de políticas públicas mais eficazes. Um diagnóstico pode nos oferecer conhecimento sobre os principais problemas que atingem as crianças e os adolescentes, pode apontar ações prioritárias para a garantia desses direitos e, principalmente orientar melhor as escolhas de alocação de recursos nos orçamentos para a implementação dessas ações.

O CONANDA emitiu em 2010 uma resolução, a de número 137, que definiu parâmetros para essa gestão de políticas dirigidas à infância e à adolescência. Essa resolução diz que é preciso haver um diagnóstico que oriente a formulação de planos de ação nos municípios. Os conselhos municipais poderão se fortalecer na medida em que se apropriarem da ideia de que, para deliberar e formular políticas precisam empreender bons diagnósticos da situação da criança e do adolescente – diagnósticos permanentes que se traduzam, como parte do processo de deliberação sobre as Políticas para a infância e para a Adolescência.

Esperamos que este processo de diagnóstico se torne uma prática permanente, que as questões apontadas por este documento referenciem a elaboração de programas e projetos governamentais e não governamentais para crianças e adolescentes. Nossa expectativa é de que possamos produzir o fortalecimento de uma efetiva rede de defesa da infância e adolescência e que principalmente, possamos contribuir para a construção de políticas públicas comprometidas com a consolidação da cidadania e a efetivação dos direitos de crianças, adolescentes e jovens no âmbito municipal.

Esperamos que esta “noção da realidade local” faça despertar desejos de mudanças. É no município que se articula a proteção integral da criança e do adolescente. É para onde deve convergir o diálogo entre todas as instâncias governamentais e não governamentais voltadas para esse propósito. É nas cidades que as redes de atendimento e de garantia dos direitos se fortalecem, para que esse esforço se traduza na definição de políticas públicas eficazes e num atendimento de qualidade, objetivando uma justiça social maior.

Márcia Cristina Alves
Presidente do CMDCA

Leia-me

Este Livro compõe o conjunto de resultados da pesquisa Diagnóstico da Situação da Infância, Adolescência e Jovem de Belo Horizonte, realizada pela Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre - UNILIVRECOOP, desenvolvida durante o período de maio de 2012 a junho de 2013.

O Diagnóstico teve como objetivo geral conhecer a realidade da criança e do adolescente e jovem até 21 anos em Belo Horizonte para subsidiar ações e tomadas de decisões do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – o CMDCA/BH – e as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução de suas políticas e programas.

A elaboração do presente Diagnóstico partiu do CMDCA e da Secretaria de Municipal Adjunta de Assistência Social (SMAAS), tendo sido financiada com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) de Belo Horizonte. Ressalte-se que 18 anos é o lapso de tempo entre a realização do Diagnóstico ora apresentado e o último desta natureza ocorrido neste município: Diagnóstico Crianças e Adolescentes de Belo Horizonte, em 1994.

A apresentação do relatório final do Diagnóstico foi organizada por temas e distribuídas em quatorze livros, contemplando as áreas propostas e investigadas na pesquisa sendo:

Livro 1. Diagnóstico da situação da criança, do adolescente e do jovem em Belo Horizonte:

notas teórico-metodológicas e considerações gerais;

Livro 2. Pesquisa nos conselhos tutelares;

Livro 3. Caracterização sociodemográfica da população infantojuvenil nas regionais

administrativas do município;

Livro 4. Configurações familiares;

Livro 5. Condições de saúde;

Livro 6. Educação;

Livro 7. Trabalho, profissionalização e renda;

Livro 8. Acesso à cultura, ao esporte e ao lazer;

Livro 9. Análise das violações de direitos preconizados no ECA;

Livro 10. Sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente;

Livro 11. Política de atendimento à criança e ao adolescente: assistência social e rede de entidades registradas no CMDCA;

Livro 12. Juventudes em Belo Horizonte – 2013.

Livro 13. Catálogo da rede de atendimento à criança, ao adolescente e ao jovem – Belo Horizonte – 2013;

Livro 14. Catálogo de dissertações e teses sobre a temática da criança, do adolescente e do jovem até 21 anos nas instituições de ensino superior UFMG e PUC Minas – 2005 a 2012.

No presente Livro 12 apresentamos o resultado de uma pesquisa qualitativa realizada junto ao Fórum da Juventude, realizada durante os meses de fevereiro a abril de 2013.

Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre – UNILIVRECOOP

Julho de 2013

Lista de Siglas

ABES - Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental
 ABNT – Associação Brasileiras de Normas Técnicas
 ACODEST - Associação Comunitária de Desportos Santa Terezinha
 AEE – Atendimento Educacional Especializado
 AGAP-MG - Associação de Garantia ao Atleta Profissional do Estado de Minas Gerais
 AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
 AIH - Autorização de Internação Hospitalar
 AMAS - Associação Municipal de Assistência Social
 APS - Atenção Primária à Saúde
 ASCOM - Assessoria de Comunicação
 ASSPROM – Associação Profissionalizante do Menor
 BDTD - Bibliotecas Digitais de Teses e Dissertações
 BH – Belo Horizonte
 BPC - Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social
 BPC na Escola - Sistema de Informações do Programa BPC na Escola
 CadÚnico - Cadastro Único
 CAPS - Centros de Atenção Psicossocial
 CAPUT - Centro de Atendimento e Proteção a Jovens Usuários de Tóxicos
 CBO - Código Brasileiro de Ocupações
 CC - Centro Cultural
 CCBH - Centro de Cultura de Belo Horizonte
 CCJG - Centro Cultural Jardim Guanabara
 CCLN - Centro Cultural Lagoa do Nado
 CCLR - Centro Cultural Lindéia-Regina
 CCPE - Centro Cultural Padre Eustáquio
 CCSF - Centro Cultural Salgado Filho
 CCSG - Centro Cultural São Geraldo
 CCVM - Centro Cultural Vila Marçola
 CCVN - Centro Cultural Venda Nova
 CDC - Centro de Defesa de Cidadania
 CDC - Código de Defesa do Consumidor
 CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas
 CDPCM-BH - Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município
 CEAPA - Central de Acompanhamento de Penas Alternativas
 CEAS - Conselho Estadual de Assistência Social
 CECRIA - Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes
 CEDCA - Conselho Estadual dos Direitos da Criança e Adolescente
 CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais
 CEDOC - Biblioteca e Centro de Documentação e Pesquisa
 CEFAR - Centro de Formação Artística
 CEFET-MG – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
 CEIP - Centros de Internação Provisória
 CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais

Centro POP/ Miguilim - Centro de Referência Especializado para População de Rua para Crianças e Adolescentes
CEPAI - Centro de Atenção Psíquica
CEPAI - Centro Psíquico da Adolescência e da Infância
CEPAI - Centro Psíquico da Adolescência e Infância
CERSAM - Centros de Referência em Saúde Mental
CERSAM i- Centro de Referência de Saúde Mental da Infância e da Adolescência
CERSAM-AD - Centro de Referência em Saúde Mental – Álcool e Drogas
CERSAMI - Centros de Referência em Saúde Mental Infantil
CEVAE - Centros de Convivência Ecológica
CF - Constituição Federal
CGR - Centro Geral de Reabilitação Estadual
CIA/BH - Centro de Integrado de Atendimento ao Adolescente Autor de Ato Infracional de Belo Horizonte
CID – Classificação Internacional Doenças
CID-10 - 10ª Revisão da Classificação Internacional de Doenças da OMS
CINDS - Centro Integrado de Informações de Defesa Social
CIPTA - Câmara Interinstitucional de Proteção ao Trabalhador Adolescente
CLT - Consolidação das Leis do Trabalho
CMDCA/BH – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Belo Horizonte
CMT - Centro Mineiro de Toxicomania
CMT - Consórcio Metropolitano de Transportes
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNDCA - Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNES - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
COLTEC/UFMG – Colégio Técnico da Universidade Federal de Minas Gerais
COMAD - Conselho Municipal Antidrogas
COMPETI - Comissão Municipal Interinstitucional Permanente de Erradicação do Trabalho Infantil
CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONEP - Conselho Estadual do Patrimônio
COPASA - Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPC - Conceito Preliminar de Curso
CPCDMG - Centro Popular de Cultura e Desenvolvimento
CPMI - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social
CRAV - Centro de Referência Audiovisual
CRCMG - Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais
CREAB - Centro de Reabilitação da Unidade de Referência Secundária
CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRM-MG - Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais
CT - Conselho Tutelar
CTPS - Carteira de Trabalho e Previdência Social
DATASUS - Banco de Dados do Sistema Único de Saúde
DEICC - Delegacia de Investigação de Crimes Cibernéticos – DEICC
DEPCA - Delegacia Especializada de Proteção à Criança ao Adolescente
DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

DIHPP - Departamento de Investigação de Homicídios e Proteção à Pessoa da Polícia Civil de Minas Gerais
DIU - Dispositivo Intrauterino
DOM - Diário Oficial do Município
DOPCAD - Delegacia de Orientação e Proteção à Criança e ao Adolescente
DPMG - Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais
DRPD - Divisão de Referência da Pessoa Desaparecida
DSM-IV - 4ª edição do Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, da Associação Psiquiátrica Americana
DST – Doença Sexualmente Transmissível
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EEFFTO - Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EPP - Empresas de Pequeno Porte
ESF - Equipes de Saúde da Família
ESF - Estratégia de Saúde da Família
ESF - Programa Estratégia Saúde da Família
ESFL - Entidades Sem Fins Lucrativos
ESPRO – Ensino Social Profissionalizante
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FECTIPA - Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente
FECTIPA - Fórum de Estadual e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente
FHEMIG - Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais
FIA – Fundo Municipal para a Infância e Adolescência
FIC - Festival Internacional de Coro
FIC – Ficha de Inscrição Cadastral
FIES Técnico – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FIT - Festival Internacional de Teatro
FMC - Fundação Municipal de Cultura
FMDCA - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescência
FPM - Fundação de Parques Municipais
FSC - Fundação Clóvis Salgado
FUNJOBI - Fundação São João Bosco para Infância
GECMES - Gerência de Coordenação de Medidas Socioeducativas
GECOM/SARMU - Gerência Regional de Comunicação Social da Secretaria de Administração Regional Municipal
GEEPI – Gerência de Epidemiologia e Informação
GEIMA - Gerência de Informação Monitoramento e Avaliação
GEINE – Gerência de inserção Especial
GERED - Gerências Regionais de Educação
GME/SUASE-SEDS - Gerência de Mapeamento Estatístico da Subsecretaria de Atendimento às Medidas Socioeducativas da Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais
GT – Grupo de Trabalho
GVSI - Gerência de Vigilância em Saúde e Informação
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICEC - Instituto Cidadania, Educação e Cultura
ICMEC-ONG - Centro Internacional para Crianças, Desaparecidas e Exploradas
IDH - Índice de Desenvolvimento Urbano

Iepha-MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IGC - Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
IJUCI - Instituto Jurídico para Efetivação da Cidadania
IML - Instituto Médico Legal
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IQVU - Índice de Qualidade de Vida Urbana
ITC - Instituto Telemig Celular
ITU - Infecção do Trato Urinário
IVS - Índice de Vulnerabilidade Social
JIJ/BH - Juizado da Infância e da Juventude de Belo Horizonte
LA - Liberdade Assistida
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social
MAP - Museu de Arte da Pampulha
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ME - Microempresas
MEC - Ministério da Educação
MHAB - Museu Histórico Abílio Barreto
MinC - Ministério da Cultura
MPMG - Ministério Público do Estado de Minas Gerais
MS - Ministério da Saúde
MTE - Ministério do Trabalho e Emprego
NAF - Núcleos de Apoio à Família
NAMSEP - Núcleo de Atendimento às Medidas Socioeducativas e Protetivas da PBH
NAVCV - Núcleo de Atendimento a Vitimas de Crimes Violentos
NOB - Norma Operacional Básica
NOB-RH/SUAS – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
NUPSS - Núcleo de Psicologia e Serviço Social
NUPSS - Núcleo de Psicologia e Serviço Social
OBID - Observatório Brasileiro de Informações Sobre Drogas
OMS - Organização Mundial da Saúde
ONGs – Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PAEFI - Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PAI-PJ - Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental
PAIR - Programa de Ações Integradas e Referências de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil no Território Brasileiro
PAM - Pronto Atendimento Médico
PBH – Prefeitura de Belo Horizonte
PCMG - Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais
PDMI - Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado
PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA - Plano Individual de Atendimento

PMMG - Polícia Militar de Minas Gerais
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNDH - Programa Nacional de Direitos Humanos
PNDH III - Plano Nacional de Direitos Humanos III
PNE – Plano Nacional de Educação
PNE - Portadores de Necessidades Especiais
POF - Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental
PPCAM - Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
PPCD - Programa de Prevenção e Combate à Desnutrição
PPP – Parcerias Práticas Participativas
PPP – Projeto Político Pedagógico
PPPs – Parcerias Práticas Participativas
PRODABEL - Empresa de Informática e Informação de Belo Horizonte
PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PSB - Proteção Social Básica
PSC - Prestação de Serviços à Comunidade
PSE – Programa Saúde na Escola
PSE - Proteção Social Especial
PUC Minas – Pontifícia Universidade Católica
RAIS - Relação Anual de Informações Sociais
RAIS-2011 - Relação Anual de Informações Sociais de 2011
REDS - Registro de Eventos de Defesa Social
RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte
RMBH - Região Metropolitana de Belo Horizonte
SAI/SUS - Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS
SAMRE - Seção de Atendimento das Medidas Restritivas de Liberdade
SAMU – Serviço Atendimento Municipal de Urgência
SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SCOMPS - Secretarias Municipais de Coordenação de Gestão Regional, vinculadas à Secretaria Municipal de Coordenação de Política Social
SDH/PR - Secretaria Direitos Humanos da Presidência da República
SEC - Secretaria Estadual de Cultura
SEDESE - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social
SEDH - Secretaria de Direitos Humanos
SEDS - Secretaria de Estado de Defesa Social
SEEJ - Secretaria de Estado de Esporte e Lazer
SEF - Setor de Estudos Familiares
SEF/VIJ-BH - Setor de Estudos Familiares da Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAD - Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEPI - Setor de Pesquisa Infracional da Vara da Infância e da Juventude

SEPI/TJMG - Setor de Pesquisa Infracional da Vara da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
SES - Secretaria de Estado de Saúde
SESC – Serviço Social do Comércio
SESCOOP - Serviço Nacional de Cooperativismo
SESI – Serviço Social da Indústria
SEST - Serviço Social do Transporte
SIAB - Sistema de Informação da Atenção Básica
SIBEC - Sistema de Benefícios ao Cidadão
SICON - Sistema Integrado de Gestão de Condicionalidades do Programa Bolsa Família
SIGPS - Sistema de Informação e Gestão das Políticas Sociais
SIGPS - Sistema de Informações Gerenciais das Políticas Sociais
SIH - Sistema de Informações Hospitalares do SUS
SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade
SIMPLES - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições
SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC - Sistema de Informações de Nascidos Vivos
SINASE - Sistema Nacional de Acompanhamento das Medidas Socioeducativas
SIPIA – Sistema de Informação Para Criança e Adolescente
SISAprendizagem - Sistema de Informações Estratégicas
SISJOVEM – Sistema de Acompanhamento e Gestão do Projovem Adolescente
SISNAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SISPETI – Sistema de Controle e Acompanhamento do PETI (SUASWEB)
SISVAN - Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional
SIT - Sistema de Informações Territoriais
SMAAS - Secretária Municipal Adjunta de Assistência Social
SMAES - Secretaria Municipal Adjunta de Esportes
SMAL - Secretaria Municipal Adjunta de Lazer
SMARU - Secretaria Municipal de Regulação Urbana
SMC - Secretaria Municipal de Cultura
SMED - Secretaria Municipal de Educação
SMEL - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
SMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SMPS - Secretaria Municipal de Políticas Sociais
SMSA – Secretária Municipal de Saúde
SMSA/BH - Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura de Belo Horizonte
SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social
SNPDCA - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente
SPPE - Secretaria de Políticas Públicas de Emprego
SPTR - Sistema Público de Trabalho e Renda
SRTE - Superintendência Regional do Trabalho e Emprego
STR - Serviços Residenciais Terapêuticos
SUASE - Subsecretaria de Atendimento às Medidas Sócio Educativas
SUDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital
SUP - Serviço de Urgência Psiquiátrica
SUS – Sistema único de Saúde
SVSMS - Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde
TDEs: Teses e Dissertações Eletrônicas

TJEMG - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

TJMG - Tribunal de Justiça de Minas Gerais

UBS – Unidade Básica de Saúde

UCI – Unidade de Cuidados Intermediários

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UMEI - Unidade Municipal de Educação Infantil

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

UNILIVRECOOP – Cooperativa de Trabalho de Professores Universidade Livre

UPA – Unidade Pronto Atendimento

URS - Unidades de Referência Secundária

UTI – Unidade de Tratamento Intensivo

VIIJ-BH - Vara da Infância e da Juventude de Belo Horizonte

INTRODUÇÃO

Quando optamos por captar o ponto de vista das juventudes em Belo Horizonte, nosso objetivo foi buscar favorecer a compreensão da situação que essa população enfrenta em termos de educação, condições de saúde, trabalho, acesso cultural, segurança, situação familiar, relação com o poder público e, ainda, no que diz respeito à questão das drogas ilícitas e lícitas em relação ao problema do excesso de medicamentação. Contribuir para o entendimento dessa situação também favorece a formulação de políticas públicas apropriadas às necessidades e expectativas juvenis.

Visando uma aproximação com a realidade cotidiana e a percepção dos jovens, optamos por buscar um espaço em que suas questões pudessem estar materializadas, ainda que de maneira indireta. Dessa forma, identificamos o *Fórum das Juventudes da Grande BH* (FJ), que integrava, no momento da pesquisa, importantes entidades que desenvolviam intervenções e pesquisas direcionadas às temáticas de interesse das juventudes.

O *Fórum das Juventudes da Grande Belo Horizonte/FJ* foi criado em agosto de 2004, possuindo caráter não governamental, suprapartidário e não confessional, representando a união de entidades e movimentos que realizam trabalhos com jovens e/ou são compostos por jovens da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Um ponto que favoreceu a opção por fazer do FJ nosso interlocutor privilegiado, além da disponibilidade desse grupo, foi o fato de que as entidades que integravam o FJ possuíam considerável autonomia, não estando diretamente vinculadas aos modelos convencionais das políticas públicas, podendo realizar leituras minimamente distanciadas da realidade da juventude, com uma perspectiva crítica, interventiva e criativa.

O foco de seus trabalhos concentra-se em torno da temática dos direitos humanos e da democracia, apresentando os seguintes objetivos:

- a) realizar o controle social na formulação, execução e avaliação de políticas públicas de juventude;
- b) promover, a partir da conscientização sobre a condição juvenil e o quadro das políticas públicas de juventude no Brasil, a qualificação política das entidades;
- c) organizar a sociedade civil em prol do apoio e incentivo às questões juvenis;

- d) fomentar e garantir a autonomia dos jovens através de ações de formação e mobilização;
- e) estabelecer contato com o poder público e gerar avanços da legislação no que diz respeito à juventude nos âmbitos municipal, estadual e federal.

Esse Fórum é composto pelas seguintes entidades, grupos e movimentos: Associação Imagem Comunitária (AIC); Associação Democracia Ativa; Brigadas Populares; Conexão Periférica; D.vEr-CidaDe Cultural; Grupo Cultural NUC/Negros da Unidade Consciente; Grupo Vhiver; Instituto de Pastoral da Juventude do Leste II; Jovens com Sede de Justiça; Oficina de Imagens – Comunicação e Educação (OI); Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais.

Além disso, também realizavam encontros que visavam à divulgação da *Campanha pelo fim da violência contra as juventudes*. Uma iniciativa recente do FJ, como o evento “A juventude Okupa a cidade”; sempre em busca de colocar em evidência as questões políticas das juventudes. Inclusive, todos os profissionais com os quais tivemos contato nessa etapa da pesquisa eram jovens e vinculavam-se a algum tipo de movimento ou grupo que tratava das questões ora colocadas em foco, além de estarem vinculados a alguma das entidades supramencionadas. Portanto, esse grupo nos pareceu como um ouvinte privilegiado da realidade dos jovens, por estar engajado e imerso no cotidiano das políticas públicas que tocam a realidade das juventudes.

Dessa forma, esse trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa qualitativa realizada junto ao FJ, realizada durante os meses de fevereiro a abril de 2013. Primeiramente, apresentamos uma discussão a partir dos grupos temáticos realizados com o Observatório da Juventude da UFMG, a ONG Associação de Imagem Comunitária (AIC); Observatório da Juventude; Oficina de Imagens e, na sequência, apresentamos separadamente um relato sobre o grupo temático realizado com jovens da comunidade Dandara, uma das Ocupações urbanas de Belo Horizonte. Por fim, descrevemos com detalhes a composição e as ações de cada um dos grupos participantes da pesquisa.

12.1 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A aproximação com o ponto de vista do vivido pelas juventudes apresenta-se como elemento importante para as pesquisas nas ciências humanas e, também, como desafio metodológico já há bastante tempo. Buscamos uma visão cumulativa, múltipla e panorâmica da situação analisada, alcançando proximidade ao jovem “*pelo interior*”, na busca da apreensão do vivido social, das práticas do sujeito que indicam modos de negociar a realidade social.

Para tanto, contatamos o Fórum das Juventudes da Grande Belo Horizonte/FJ e, em reunião presencial, definimos coletivamente quais as entidades componentes iríamos privilegiar por meio do agendamento de *Grupos Temáticos* nas localidades dessas entidades. Assim, definimos as seguintes: Associação de Imagem Comunitária (AIC); Brigadas Populares; Observatório da Juventude; Oficina de Imagens; e, Brigadas Populares, em uma das Ocupações urbanas de Belo Horizonte, mais especificamente na comunidade Dandara.

Para o desenvolvimento da coleta de dados, optamos por um tratamento qualitativo inspirada na metodologia dos grupos focais, que optamos por denominar de *Grupos Temáticos*. Essa escolha se justificou por entendermos que tal método favorece a reflexão compartilhada e, ao mesmo tempo, objetiva, gerando informações aprofundadas sobre a realidade em foco. Assim, em pequenos grupos, orientados por um roteiro que apresentava questões abertas, buscamos recolher informações junto aos entrevistados, entendendo-os como legítimos representantes da população foco da pesquisa. Por meio dessas conversas, identificamos algumas palavras chaves que nos foram úteis para a aproximação favorável e consistente com a realidade de uma importante parcela das juventudes de Belo Horizonte.

Deste modo, inicialmente participamos de uma reunião do Fórum das Juventudes (FJ), na qual apresentamos os objetivos do diagnóstico e a proposta dessa etapa da pesquisa, a saber: levantamento de (e aproximação com) o ponto de vista da juventude sobre os eixos temáticos do diagnóstico: situação familiar; educação; condições de saúde, incluída a questão das drogas e da medicamentação; trabalho; acesso cultural e mobilidade urbana; segurança; e relação com o poder público. Nessa ocasião, o FJ aceitou participar da pesquisa e as entidades se disponibilizaram; os encontros foram agendados via contatos telefônicos e por correio eletrônico.

Especificamente, para o momento da coleta de dados, desenvolvemos um roteiro que foi apresentado e, sob orientação dos pesquisadores, foi respondido pelos profissionais das entidades que integram o FJ e dispostas a participar da pesquisa. O roteiro teve como objetivo servir de instrumento que nos permitisse tomar contato com as perspectivas que estas entidades traziam sobre as temáticas centrais do presente Diagnóstico. Sendo assim, elaboramos um roteiro que abordava as seguintes temáticas: Vivência da juventude em BH; Mobilidade e ocupação dos espaços urbanos; Família; Educação; Trabalho; Saúde, medicamentação e drogas; Acesso à cultura, ao lazer e direito à cidade; Segurança e violência. Com isso, produzimos um instrumento que nos permitiu o debate aberto e objetivo com as entidades.

Em seguida, contatamos esses sujeitos que atuam e militam em nome da promoção e proteção das juventudes de Belo Horizonte, e coletamos as conversas realizadas em três entidades, com duração média de 2 horas e meia para cada encontro, direcionadas pelo roteiro mencionado acima. Esses encontros temáticos foram realizados nos espaços das entidades, sempre com o objetivo de traçarmos uma aproximação do ponto de vista das juventudes.

O processo de análise de dados foi realizado por meio de categorização das falas dos entrevistados, tomando as oito grandes categorias como estruturadores principais, buscando definir descritores (palavras chave) para cada entidade/sujeito. A partir disso, dentro de cada grande categoria, formulamos análises comparativas, através de duas dimensões: pontos em comum e pontos divergentes. No entanto, cabe sublinhar que os pontos divergentes não foram significativos, na medida em que observamos leituras muito próximas entre as entidades, perceptíveis nos discursos desses profissionais, oriundos de diferentes áreas de conhecimento, mas com atuações que acabam por privilegiar um mesmo recorte populacional dentro da pluralidade que integra as juventudes na contemporaneidade. O material levantado serviu de base para a nossa pesquisa junto à comunidade Dandara.

Como característica geral das juventudes abordadas, observamos que as perspectivas dos sujeitos entrevistados privilegiaram o conhecimento da realidade daqueles jovens que podemos reconhecer como *desfiliaados*, nos termos de Robert Castel¹. Ou seja, o foco das atenções e intervenções do FJ recai sobre essa parcela populacional, que é também o foco

¹ CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

privilegiado das políticas públicas para juventude. Procederemos agora ao detalhamento das categorias identificadas, por meio da descrição e discussão do conteúdo levantado.

12.2. CATEGORIAS

12.2.1 Juventude e Políticas Públicas

De acordo com as entidades que integram o Fórum das Juventudes, as políticas públicas não percebem a pluralidade da juventude. O ponto de partida das práticas e análises do FJ é que “juventudes são muitas”, são “tantas juventudes”. É preciso, portanto, reconhecer a pluralidade de universos que atravessam a situação das juventudes na Grande Belo Horizonte. Há que se investir no diálogo com essa pluralidade, por meio de instrumentos já consagrados de participação e, também no desenvolvimento de outros recursos de diálogo, como fóruns, conselhos e câmaras mistas. De acordo com esses profissionais que atuam *na ponta*, em contato direto com as juventudes, os recentes governos municipais não atuaram de modo a privilegiar os instrumentos participativos; ao contrário, vêm gerando muita tensão na relação com a juventude, justamente por desconhecerem as necessidades dessa parcela da população, sobretudo no que se refere à faixa mais pobre.

Esse grupo encontra uma cidade distante, simbolicamente, de seus recursos e espaços de mobilidade e criação. Ou seja, assiste-se à produção de uma cidade que dificulta a ocupação por parte das juventudes, sobretudo da parcela atendida pelas entidades que integram o FJ, a saber: a juventude pobre, moradora da periferia (social e geográfica) e que sente com mais intensidade a fragilidade e a insuficiência da estruturação das políticas básicas de forma geral. Para esses jovens, a cidade acaba revelando-se pouco acolhedora e excessivamente repressora, já que as intervenções nos espaços públicos, sob, por exemplo, a justificativa da proteção ao patrimônio, muitas vezes impede sua ocupação, além do fato de que eles sofrem processos de *espoliação urbana*² e enfrentam limitações econômicas para o estabelecimento da apropriação e sentimento de pertencimento com relação à cidade de forma mais ampliada, encarando obstáculos também econômicos, tendo dificuldades para se deslocarem, por causa do preço do transporte coletivo, ou de usarem determinados

² KOWARICK, L. *Escritos urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

equipamentos e opções de lazer não gratuitas, por exemplo, ainda que lutem contra esse cenário, organizando-se e agindo de maneiras diversas. Assim, muitos jovens “não conhecem sua cidade” e usufruem de forma muito limitada do espaço urbano, que se tornou empresa e mercadoria. Alguns projetos sociais atuam como mediadores e fomentadores dessa convivência, o que se revela como potente meio de promoção da inserção das juventudes na cidade.

No entanto, muitas vezes, os projetos sociais não estão articulados entre si e eles mesmos não têm mobilidade e/ou visibilidade garantidas em termos de políticas públicas. Um ponto importante a se sublinhar é que, segundo o FJ, há o aumento dos movimentos que contestam essa situação e tensionam a atuação do poder público por meio de ações diversas. Inclusive, percebe-se o movimento dos jovens na ocupação do centro da cidade, em modalidades diversas. Um dos exemplos citados foi o *Duelo de MCs*³. Merece destaque a observação feita na fala de um dos participantes do Grupo Temático sobre o fato de que o *Duelo* convive com enfrentamentos diversos e tem, hoje, que administrar a necessidade de diálogo com o poder público e sua inserção na agenda cultural da cidade, sem perder seus lastros originários, e sem desconectar-se do diálogo com outros movimentos, o que apareceu como questão delicada e de difícil manejo. Outro exemplo de destaque foi a *Praia da Estação*⁴, sendo que essa movimentação é reconhecida pelo FJ pelos seus esforços de confrontação perante as propostas do poder público para os espaços públicos da cidade.

Assim, os jovens apresentam autonomia no questionamento político, isto é, trazem iniciativas próprias importantes e significativas de denúncia e protesto. Nota-se um incremento na capacidade de organização e questionamento por parte da juventude, dos modelos políticos defendidos pelas práticas de governo recentes, de modo que novos e consagrados grupos vêm se articulando e buscando canais de diálogo, visibilidade e participação – o que os órgãos governamentais ainda não conseguiram assimilar, infelizmente.

Para tanto, segundo o FJ, é preciso uma aproximação com a linguagem dessa juventude, o que precisa se dar em todas as instâncias das políticas públicas, isto é, desde o

³ O Duelo de Mcs é uma iniciativa da cultura *Hip hop*, desenvolvido pelo coletivo *Família de Rua*, desde 2007, que ocupa um espaço amplo, embaixo do viaduto de Santa Teresa, no centro de Belo Horizonte, e ocorre às sextas-feiras à noite.

⁴ A *Praia da Estação* nasce do decreto 13.798 de 9 de dezembro de 2009 (DOM, 10/12/2009 – 10 de Dezembro de 2009. Ano XV - Edição N.: 3481) que proíbe “a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, nesta Capital”. A partir de 16 de janeiro de 2010, por vários sábados seguidos e depois de modo intermitente, em atividades variadas (como no carnaval), diversas pessoas, sobretudo jovens, ocuparam a praça como se fosse uma praia, buscando não apenas contestar o decreto, mas inserir discussões e atividades que visavam à ocupação da cidade.

acolhimento até os encaminhamentos, gerando mudanças inclusive nas ferramentas e sistemas de trabalho (como na forma de abordagem e em modelos de protocolos e fichas de atendimento) dos funcionários que atendem essa população. Esse aspecto mostra-se, segundo o Fórum, uma evidência da distorção da percepção das políticas públicas sobre os jovens, geralmente vistos sob a ótica da necessidade de repressão. Assim, um ponto importante de materialização da disponibilidade efetiva das políticas públicas em receber, ouvir e atender às necessidades do jovem, gerando a promoção eficaz de seu bem-estar e desenvolvimento, seria a mudança e reestruturação da linguagem e dos procedimentos usados para seu acolhimento – o que ainda não é uma realidade, mas que pode vir a ser, se houver interesse, pois há materiais informativos e instrumentos metodológicos que poderiam subsidiar essa abertura.

Um exemplo da dificuldade que a cidade de Belo Horizonte enfrenta na promoção democrática do diálogo e participação é, segundo o FJ, a construção do *Centro de Referência da Juventude*, que foi feito de modo vertical, sem escuta da população que pretende atender.

12.2.2 Cultura

De acordo com o FJ, há um distanciamento entre quem atua e produz as políticas públicas voltadas para a cultura no cenário belo-horizontino e as práticas, condições, limites e possibilidades culturais que acontecem na cidade. Isto é: “quem faz a política não conhece a cidade”.

Um ponto importante dessa situação são os Centros Culturais. O FJ reconhece o avanço que a descentralização representa, mas entende que esse modelo ainda carece de efetiva integração com o que acontece nos bairros e com a população das localidades em que esses centros culturais estão localizados: é preciso que estes estejam de fato voltados às comunidades. Isso significa, necessariamente, ampliar, diversificar e arrojar a política de cultura na cidade, que se mostra ainda hoje muito restrita. “É preciso limitar menos o acesso e o espaço dos eventos culturais”, o que implica entender a cultura como via de mão dupla, de modo que possa funcionar como maneira de inserir o jovem de periferia no centro e trazer opções no contexto local das periferias – entendendo sempre a periferia não restrita ao aspecto geográfico, mas relacionada, sobretudo, à perspectiva simbólica das relações socioespaciais, pois mesmo jovens moradores de localidades que estão inseridas em regionais com visível

centralidade, como as favelas da regional centro-sul, apresentam pouca acessibilidade aos equipamentos culturais da cidade, por motivos econômicos, mas também por não se reconhecerem, muitas vezes, como pertencentes àquele lugar (como, por exemplo, o Palácio das Artes) em função dos processos sócio-históricos da cidade.

Há ainda a questão da hierarquização da cultura, a reprodução do antigo modelo de cultura popular *versus* cultura erudita que ganha hoje novas roupagens, mas segue se reproduzindo de modo que muitas manifestações culturais legítimas são desqualificadas.

No que se refere às Leis de Incentivo à Cultura, segundo o FJ, sua excessiva burocracia representa barreiras significativas à integração que tal política pretende promover. Nesse sentido, seria interessante desenvolver modalidades, com menor carga de trâmites burocráticos, para atender a projetos mais ágeis e de menor valor, reduzindo assim o favorecimento a grandes grupos, já solidificados e evidentemente mais aptos a encarar os processos seletivos. Portanto, o FJ reconhece um relativo esforço por parte de algumas políticas culturais em identificar e valorizar pequenos grupos, mas esse esforço é ainda incipiente.

De forma geral, para a juventude que se situa abaixo da classe média, mostra-se muito difícil a geração de renda pela via cultural. O que se processa nos casos dos sujeitos que conseguem realizar alguma penetração no mercado cultural, e vão se profissionalizando, é que essa entrada ameaça romper os laços comunitários anteriores, justamente aquilo que permitiu que estes sujeitos experimentassem uma ruptura com as predefinições sócio-históricas a que estão muitas vezes submetidos (por exemplo, ser pedreiro, faxineira, operador de telemarketing).

Os laços originais, a participação nos centros culturais e a vinculação comunitária vão sendo corroídos no cotidiano e acabam por se deteriorarem na medida em que estes sujeitos têm de enfrentar uma espécie de “alta produtividade”, quando, na verdade, se esse vínculo fosse preservado, os sujeitos poderiam ser multiplicadores de ações e o benefício seria ampliado. Por outro lado, mas na mesma linha problemática, sublinha-se que é muito difícil para o jovem pobre “viver de cultura” e, mesmo aqueles que não entram no circuito mercadológico, muitas vezes acabam, aos poucos, tendo que optar pelo mercado de trabalho formal (o exemplo citado insistentemente foi a entrada no mercado de trabalho como operador de telemarketing) ou, um terceiro ponto nodal da questão, aceitar a precarização do trabalho cultural nos projetos sociais, ponto discutido a seguir.

12.2.3 Trabalho

De modo geral, prevalece no horizonte da juventude, segundo o FJ, um cenário de precarização da mão de obra juvenil, em virtude de sua não qualificação adequada ou, no caso do mercado sociocultural, do não reconhecimento efetivo desse jovem como trabalhador formal, merecedor de proteção e direitos sociais ampliados e garantidos por lei.

A cena encontrada pelo FJ é um esforço, por parte da juventude, em recusar a manutenção do que se oferece tradicionalmente a esta população, na forma do que se chama de trabalho braçal, ou do trabalho doméstico ou, ainda, do chamado *trabalho sujo*, justamente aquela atividade em que se faz com que o trabalhador seja confundido com o objeto de seu trabalho, como aqueles que lidam com dejetos e são estigmatizados, sendo, deste modo, também tratados como dejetos⁵. Ou seja, os jovens apresentam novos anseios, e procuram por novos horizontes de possibilidades, mas eles ainda estão limitados pela falta de profissionalização e pela fragilidade da formação escolar. Portanto, aparece como sendo de fundamental importância, na fala dos sujeitos, o incremento das condições de escolha dessa juventude, que se vê profundamente limitada. “É preciso profissionalizar bem, para gerar escolhas”.

O FJ não compreende a profissionalização como responsabilidade única do âmbito da Assistência Social, que é como as políticas públicas acabam tratando-a. Ao contrário, a questão precisa ser enfrentada anteriormente à chegada desse jovem no contexto das políticas de Assistência Social, ou seja, na educação.

Uma porta que se abre parece ser a do trabalho cultural, mas ela vem carregada de contradições, sobretudo, pela precarização das condições de trabalho que esse jovem, tornado educador social ou oficinairo pelos programas sociais, vai enfrentar. Nessa via, esses jovens são reconhecidos pelos outros jovens que atendem, o que é extremamente significativo e positivo, pela comunidade da qual fazem parte, pelos pares e no discurso dos programas sociais, que tem o jovem educador/oficineiro como ponto central de suporte do projeto. Entretanto, se por um lado essa inserção está carregada de aspectos positivos em termos psicossociais, por outro lado, a não materialização desse reconhecimento na forma de condições de trabalho, garantia de direitos trabalhistas, assistência médica, treinamento,

⁵ SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental**: o direito de ser dono de si mesmo São Paulo: Cortez, 2011.

capacitação, etc. insere mais uma vez esse sujeito no ciclo de precarização e exploração que os programas sociais visam romper.

12.2.4 Educação

O tipo de proposta que o FJ reconhece como interessante seria a associação entre educação formal e ensino profissionalizante, já que o ensino médio não atende às necessidades da juventude pobre, pois está voltado para a preparação para o vestibular e, por enquanto, esses jovens ainda não reconhecem a Universidade como projeto viável em seus horizontes de possibilidades. No entanto, a lei de cotas começa a inserir sentido e ampliação de alternativas nesse cenário, apresentando novas possibilidades de percepção de futuro e sonho. Então, há uma melhora que se insinua no horizonte das políticas educacionais, o que se percebe também por meio do ENEM/Exame Nacional do Ensino Médio. No entanto, as práticas cotidianas escolares são conservadoras e não convidam os jovens a se sentirem pertencentes a essa instituição.

De modo geral, “a área educacional deveria ser vista como prioridade”, mas, de acordo com o FJ, há questões problemáticas que atravessam a educação de forma geral, já que a escola não figura como espaço atrativo para a juventude e projetos complementares, como o EJA/Ensino de jovens e adultos, ainda não são adequados à realidade da juventude. No caso da *Escola Integrada* há limitações desnecessárias, ela “não faz o que poderia fazer”. Trata-se de um projeto com potencial, mas que está mal utilizado. Seria necessário investir na melhoria de sua implementação, podendo servir inclusive não apenas como ocupação, mas também como espaço profissionalizante. Há ainda a questão da precarização da mão de obra, ponto já indicado anteriormente no item Cultura e que retorna na temática educação.

12.2.5 Violência

A temática da violência é complexa, sobretudo quando se discute a situação da juventude pobre, já que há um genocídio em processo no Brasil, pois são justamente os jovens negros que ocupam as posições principais nos índices de mortalidade⁶. Portanto, são as principais vítimas da questão da violência. Mas, ainda que as estatísticas tornem evidente sua

⁶ SOARES, L. E.; BILL, MV; ATHAYDE, C. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2005.

condição de vítima, eles continuam sendo vistos como "o inimigo", o que se reatualiza no desenvolvimento de ações de "limpeza social" em políticas de segurança "ultraconservadoras", que acabam por ferir todos os direitos da juventude por meio da criminalização.

Para uma atuação efetiva, é preciso mudar toda a forma de compreensão e de atuação perante a questão da violência; é necessário proceder a uma reestruturação da segurança pública, o que pode ser iniciado por meio da "punição das autoridades que abusam de seu poder". Em primeiro lugar, o FJ não reconhece a violência a partir das leituras simplistas ou reducionistas. Para eles, a violência refere-se à não garantia de direitos em várias formas, não só na sua expressão física, que é o tipo de violência reconhecida no senso comum. As políticas dirigidas à temática da segurança, segundo o FJ, limitam-se ao âmbito repressivo, em vez de serem socializadoras. "A lógica que prevalece é repressão, polícia e cadeia"; "A resposta ao problema da violência é mais violência". Assim, enquanto houver um direcionamento central para a tradicional tríade repressão-controle-punição, o quadro não será diferente do que temos visto.

É preciso entender a segurança para além destas políticas de segurança, inserindo-a na relação com educação-trabalho-cultura. Assim, não se trata de retirar as políticas preventivas da esfera da segurança, mas, antes, de inseri-las efetivamente nas outras áreas. "Isso não vai se dar pela mão da polícia".

Há propostas interessantes e que apresentam resultados significativos, ainda que pontuais, como o caso do Programa *Fica Vivo!*, desenvolvido a partir da Secretaria de Segurança Pública de Minas Gerais. Mas, ainda que apresentem resultados pontuais interessantes, esses programas acabam por negar a própria proposta, justamente pela ação da polícia que, por sua vez, repete ações discriminatórias e age violentamente contra a população que deveria atender. Mudar a lógica, mudar o paradigma, portanto, significa colocar em primeiro plano não a criminalização, a estigmatização, mas sim as ações socioeducativas. A prioridade tem que ser a valorização da vida, que, como se vê a partir das estatísticas, não é que vem acontecendo: pois mesmo a morte violenta "distribui-se de modo extremamente concentrado"⁷, que atinge sobretudo jovens, do sexo masculino, na faixa etária entre os 15 e 24 anos, negros, moradores de favelas e periferias dos centros urbanos.

⁷ SOARES et al., op.cit., 2005, p. 246

O *Liberdade Assistida*, outro programa citado, também aparece como uma alternativa interessante, mas precisaria ser explorado em grande escala.

12.2.6 Saúde

O FJ observa que é preciso incrementar as políticas públicas de saúde voltadas para a juventude, sobretudo porque há uma redução da questão à esfera da sexualidade (DST/AIDS e controle da gravidez na adolescência) ou no que se refere à “guerra às drogas”. Ainda assim, mesmo que as políticas de saúde privilegiem a esfera sexual da vida do jovem, ele ainda enfrenta burocracias e entraves variados para o acesso aos preservativos e recursos contraceptivos, por exemplo.

Um ponto específico foi levantado no que se refere aos centros de internação, e que vai contra essa preocupação central que emerge no contexto das políticas de saúde. Como a vivência da sexualidade é, em princípio, interdita nesses espaços, não se fornece acesso a preservativos e anticoncepcionais. Outra questão levantada é que a mulher jovem e pobre ainda é marginalizada nos contextos dos Programas, os quais procedem à reatualização de preconceitos gerais em relação ao jovem.

É preciso ampliar a discussão sobre o que significa saúde nessa faixa etária. O FJ percebe que “há uma dificuldade da juventude em buscar os serviços de saúde” que ficam, de certa forma, impedidos pela ausência da especificidade no acolhimento do jovem.

As políticas públicas devem ser promovidas de modo a alcançar práticas mais próximas aos universos juvenis, como, por exemplo, por meio do desenvolvimento de protocolos e fichas de atendimento específicas a esse público. Neste sentido, reconhecer e tratar o jovem como promotor e agente de saúde pode ser uma saída. Isso demanda um canal de diálogo e proximidade com a realidade das juventudes urbanas: “desenvolver políticas que dialoguem com os universos juvenis”. Não se trata, no entanto, de uma crítica destrutiva ou negligente ao SUS, pois o FJ reconhece e busca valorizar os avanços das políticas de saúde; trata-se sobretudo de fortalecer o SUS justamente pela ampliação e inserção dos espaços de discussão e reflexão sobre os direitos da juventude. Deste modo, parece ser importante, na leitura do FJ, que se promovam programas específicos direcionados aos jovens (sobretudo para as mulheres), e que se estabeleçam formas menos burocráticas de acesso aos métodos contraceptivos – ambas ações devem ser desenvolvidas num cenário menos conservador.

No que se refere à saúde mental, ainda é preciso investir na produção de conhecimento para que se consiga desenvolver, nos serviços substitutivos, estratégias de enfrentamento para os conflitos próprios da juventude. Ou seja, segundo o FJ deveria haver espaço para as vivências da juventude nos serviços de saúde mental, não de modo a patologizar o jovem, mas sim compreendendo as dificuldades das vivências comuns dessa etapa da vida como integrantes dos processos de saúde, de modo que as questões afetivas possam ser acolhidas pelo saber psicológico e encontrar boas condições de elaboração por meio do coletivo, da escuta sensível entre pares e profissionais. Porém, é preciso cuidado para que esses jovens não sejam inseridos na lógica da hipermedicamentação que tem atravessado o contexto da saúde mental, de forma geral, desde a infância. Uma evidência disso está nos sobrediagnósticos de hiperatividade, que têm trazido à infância a excessiva medicamentação, ao invés da atenção e cuidado.

Um ponto importante da relação saúde/juventude na atualidade deveria ser a promoção de políticas de acolhimento, dentro da cultura da redução de danos, no que se refere à questão das drogas. Só será possível a obtenção de um quadro menos dramático se houver uma mudança efetiva na disponibilidade dos gestores e dos projetos políticos com relação à discussão sobre as drogas, pois, segundo o FJ, vivemos uma grave interdição ao debate. Ou seja, de forma geral, há uma reprodução do senso comum, marcada pela imagem de *guerra às drogas* que impede que avanços efetivos sejam conquistados, acabando por manter o cenário em tensão. Não se percebe, portanto, a intenção efetiva e comprometida do Estado em enfrentar os problemas relativos às drogas de forma respeitosa, inclusive compreensiva. As propostas de internação compulsória são pautadas num evidente modelo repressivo, que já mostrou seus insucessos. “A internação compulsória é uma condenação direta”. Mais uma vez, é preciso partir de outro paradigma, pautado no diálogo com as juventudes.

As comunidades terapêuticas, segundo o FJ, mostram-se soluções falsas e, mais, contrárias ao próprio papel do Estado. Elas não funcionam, e demonstram a negligência do Estado, que transfere para outros setores da sociedade sua responsabilidade perante a juventude, por meio de uma espécie de terceirização e precarização, ao invés da promoção de políticas de saúde pública. Neste sentido, é ainda sensivelmente grave e perigosa a associação que se dá, no contexto das comunidades terapêuticas, com o moralismo religioso, reforçando o paradigma que, segundo o FJ, mostra-se inadequado. Há iniciativas interessantes, como os

consultórios de rua, mas tais propostas vêm sendo marginalizadas mesmo dentro das políticas públicas.

12.2.7 Família

Como as entidades que integram o FJ não enfocam a infância, a compreensão de como se configura a família na contemporaneidade não aparece como questão tão importante. Entretanto, o FJ consegue apontar que o poder público não tem conseguido apoiar as novas necessidades trazidas pelas grandes reconfigurações que a família viveu, a partir de importantes transformações que afetaram as relações de trabalho, geração e gênero. Deste modo, as famílias estão ainda sem suporte, isto é, não há políticas suficientes para dar estrutura necessária às famílias. O FJ percebe uma situação que ainda passa despercebida, ou desatendida, que é o posicionamento de muitos jovens pobres como centro de geração de renda para a família, ou como sendo o responsável pelos irmãos ainda menores – uma situação antiga e que tem se agravado na atualidade.

12.2.8 Pesquisas e Dados Disponíveis

O contexto científico oferece um aumento da produção de conhecimento sobre as juventudes nas últimas décadas⁸, mas há ainda lacunas, como no que se refere à família e suas reconfigurações e a dados específicos, como violência de gênero, que não encontra recortes específicos para a juventude na produção de dados oficiais/governamentais. Nesse sentido, as entidades que integram o FJ têm tentado produzir dados para orientar suas práticas e intervenções, bem como para avaliá-las, como é o caso do *Mapa DCA*⁹, iniciativa da Oficina de Imagens para a disponibilização de “Uma plataforma para apoiar o diagnóstico das condições de vida de crianças e adolescentes e orientar a elaboração de políticas públicas”.

Ainda assim, o FJ afirma encontrar diversos empecilhos na busca por dados que, por exemplo, a Prefeitura de Belo Horizonte deveria fornecer – um quadro de difícil compreensão ou justificativa. Ainda assim, de forma geral, nota-se um esforço do FJ em não ocupar uma posição simplista de queixa e enfrentamento. O que se percebe é a busca por sair do foco

⁸ DAYREL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.). **Juventudes Contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

⁹ <http://www.mapadca.org/>

reativo e fomentar espaços de diálogo e troca perante o poder público, em especial a PBH. A *Campanha de enfrentamento da violência às juventudes* é um exemplo disso, ao “apontar algumas vulnerabilidades e suscitar um debate amplo”. Ela é fruto do evento *Juventude Okupa*, iniciativa do Observatório das Juventudes/UFMG, cujo ano inaugural foi 2012 e que já conta com novas edições.

Cabe ainda sublinhar que o FJ considera importante e busca pensar “como os jovens vivenciam sua condição de jovem”, o que pode encaminhar a questionamentos mais profundos: “Os jovens podem falar?”¹⁰.

12.3. REUNIÃO COM OS JOVENS DA COMUNIDADE DANDARA – INTEGRANTES DA FRENTE DA JUVENTUDE DO MOVIMENTO RURURBANO BRIGADAS POPULARES

Reunião realizada no dia 15 de maio de 2013, com duração de 2 horas. Participantes: 6 integrantes da comunidade Dandara e pelos pesquisadores. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foram assinados pelos jovens e, no caso dos menores de idade, também por responsáveis.

A partir dos dados recolhidos nos grupos, realizados previamente na Oficina de Imagens, na Associação Imagem Comunitária e no Observatório das Juventudes, foram construídas frases questionadoras em papéis dobrados e colocados em uma caixa colorida. Essas questões problematizadoras serviam para convidar os jovens a falar livremente, isto é, voluntariamente, colocando assim suas leituras e análises sobre cada ponto, a saber: a cidade de Belo Horizonte acolhe as juventudes?; a escola é um espaço interessante?; como você é atendido nas unidades de saúde do município?; como é seu dia a dia?; o que você faz para se divertir?; como você contribui para a sobrevivência da sua família?; como é sua família?; como os serviços de saúde acolhem o jovem?; como deveria ser sua escola?; como você acha que são feitas as ações e eventos culturais da cidade?; o que você faz no seu tempo livre?; o que é violência?; vocês sofrem preconceito por morarem aqui?; em que momentos da sua vida você foi submetido a situações de violência?; além delas, havia fichas em branco a partir das quais eles falavam da temática que quisessem.

¹⁰ CASTRO, L. R. Os jovens podem falar? Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: DAYREL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.), *op.cit.*

As percepções trazidas por esses jovens vão ao encontro das leituras realizadas pelo FJ, aprofundando ainda mais alguns pontos críticos, justamente pelo fato de esses jovens estarem em situação de vulnerabilidade no que se refere a algumas de suas necessidades primárias (como educação e saúde), o que decorre de morarem em uma ocupação urbana irregular e conviverem com contradições importantes da conduta do Poder Público. Deste modo, considerando que as falas e descrições do cotidiano trazidas pelo grupo corroboram a perspectiva do FJ – tecendo o que aqui estamos denominando como Perspectiva da Juventude – vamos nos deter na descrição dos pontos críticos, a saber:

- De modo geral, eles sentem que as políticas de Belo Horizonte julgam que o jovem pobre age por impulso. Assim, parece, na percepção desses jovens, que tudo é feito para dificultar o acesso dessa população, inclusive em termos culturais. Falta oferta na região onde moram (exemplos citados: “cinema, teatro, cursinho”) e o jovem não tem dinheiro para o preço das atividades ofertadas no centro e, nem mesmo, muitas vezes, para o custo do deslocamento (passagem de ônibus), além de se sentirem desinformados (“nem sei o que é campanha de popularização do teatro”).

- Educação: os jovens afirmam que tiveram e têm muitas dificuldade no acesso à educação. A escola que está localizada no interior da comunidade não reconhece esses jovens, e a maioria deles somente encontrou vaga em escolas mais distantes, por meio da apresentação de comprovantes de endereço alheios. O não reconhecimento do endereço é um ponto importante, já que eles não possuem comprovante adequado, pois os Correios não reconhecem a Comunidade, ainda que ela seja cuidadosamente loteada, com projeto de urbanismo, e que as ruas sejam nomeadas e as casas devidamente numeradas. Além disso, eles já se reuniram com os Correios, sem, no entanto, terem obtido sucesso na produção do reconhecimento do endereço.

Uma outra estratégia usada é solicitar à Unidade Básica de Saúde uma declaração de que o jovem foi atendido ali, fornecida a partir de uma solicitação de um dos coordenadores das Brigadas Populares, mas nem sempre a UBS disponibiliza essa declaração. A Universidade começa a aparecer no horizonte de possibilidades desses jovens, ainda que de modo tênue. A comunidade organizou um curso pré-vestibular, com mão de obra voluntária, e nesse cenário eles discutiram as dificuldades de acesso à UFMG. Nesse sentido, ainda que o ENEM e o sistema de cotas apareçam como avanços, eles reconhecem que a competição com os jovens formados em contextos educativos adequados seja dificultadora, senão impeditiva

do seu acesso à universidade. Eles afirmam haver diferentes escolas públicas, que produzem distintos níveis de qualidade de educação; como exemplo, afirmam que as escolas que se situam em localidades não periféricas (social ou geograficamente) têm espaços físicos melhores (“parece escola particular”) e que as escolas que eles frequentam seguem modelos arquitetônicos penitenciários (“parece um cadeia, é cheia de grades”). Assim, eles não se sentem preparados para a entrada na universidade, que “não atende a população pobre”. Afirmam que “é preciso chamar a atenção enquanto informa”; “o que é preciso mudar é ocupar o jovem com alguma coisa que ele queira, não com o que vem de fora”. Além de tudo isso, esses jovens não conseguem colocar a educação como prioridade, pois estão mobilizados com a questão financeira da família, e ocupados na luta pela habitação.

- Saúde: os moradores dessa localidade não dispõem de acompanhando do Programa de Saúde da Família, de modo que não há equipe de PSF de nenhuma das Unidades Básicas de Saúde da região que contemple as 1700 famílias ali residentes. A partir de uma demanda da coordenação das Brigadas Populares frente à Superintendência de Saúde, foi designado um médico, mesmo assim, “um médico para 1700 famílias”.

Eles afirmam que há um posto de saúde na região aprovado por Orçamento Participativo, desde 2008, mas que até hoje ele não foi construído. Quando o jovem (ou qualquer morador do Dandara, inclusive crianças) vai a alguma Unidade de Saúde da região, ele é atendido por último, de acordo com a disponibilidade da equipe de saúde e, segundo os relatos, mesmo que eles tenham chegado na frente, são colocados em posição desprivilegiada perante outros usuários, que sejam atendidos por alguma equipe do PSF. Questionados sobre as ações de saúde específicas para a juventude, os jovens afirmaram não conhecer nenhuma. Em seguida, citaram a disponibilização de camisinhas no carnaval, mas criticaram a falta de orientação e acompanhamento, afirmando que a vergonha pode impedir que o jovem pegue o preservativo disponível no balcão da UBS. Deste modo, “no geral, a juventude não tem muito apoio porque os trabalhadores não reconhecem a realidade do jovem”.

- Cotidiano: no dia a dia, os jovens enfrentam dificuldades e impedimentos diversos. Um primeiro ponto que chamou atenção foi a dificuldade de acesso a água e luz, mesmo com mais de 4 anos de existência da comunidade. À noite, eles não conseguem nem assistir televisão porque a luz é instável (“quando a água chega, a luz cai”).

- Eles afirmam sofrer preconceito por parte dos moradores do entorno e já fizeram diversas reuniões nas escolas e demais equipamentos da região na tentativa de romper com

esse quadro. Muitos afirmam já terem recebido “esculacho” por parte da polícia, mas ela já foi ainda mais violenta. No entanto, mesmo reconhecendo alguma melhora, ainda é preciso romper a lógica preconceituosa com a qual o policial trabalha (“o policial já denomina quem é malandro e quem não é”).

12.4. DESCRIÇÃO DAS ENTIDADES QUE INTEGRAM O FÓRUM DAS JUVENTUDES QUE PARTICIPARAM DOS GRUPOS TEMÁTICOS

12.4.1 Associação de Imagem Comunitária - AIC¹¹

A Associação de Imagem Comunitária surgiu em 1993, a partir de um projeto de extensão dos alunos da UFMG. É uma Organização Não Governamental (ONG) que tem como objetivo promover a cidadania por meio da democratização da comunicação, através da criação de canais de acesso público à mídia.

Em prol de uma comunidade mais justa, a AIC prioriza o acesso e a participação dos grupos excluídos, seja social ou simbolicamente, para que estes possam participar de debates que busquem uma sociedade mais justa e igualitária, e, para tanto, os meios de comunicação se fazem necessários.

Para isso ocorrer, há uma parceria com grupos que trabalham com a cidadania, produções audiovisuais, imprensa, rádio e web. A AIC também oferece serviços na área de comunicação, como consultoria e mobilização social para empresas e entidades do setor público.

Os jovens na AIC têm a oportunidade de “se mostrarem”, construindo assim uma imagem diferente daquela mostrada nos meios midiáticos atuais. A sua metodologia é baseada na participação. Para isso, ela oferece vários serviços:

- a) *Relacionamento com as comunidades*: além de diagnosticar e mapear redes sociais, a AIC se apropria da comunicação para desenvolver e implantar estratégias que fortaleçam a ação e programas de responsabilidade social, cultural e ambiental.
- b) *Mobilização de públicos estratégicos*: organizações variadas são alvo de diálogo com públicos internos e externos, para que ações comunitárias e sociais sejam desenvolvidas no âmbito cultural, social e ambiental.

¹¹ Fonte: <http://www.aic.org.br/index.php/aic/o-que-e-e-o-que-faz-a-aic/>

- c) *Produção audiovisual*: a AIC disponibiliza as metodologias utilizadas por ela para a cobertura e realização de vídeos institucionais.
- d) *Avaliação e sistematização de projetos*: Consultorias são oferecidas e atividades são realizadas com o objetivo de avaliar projetos sociais, culturais e educacionais.

A AIC tem vários projetos concluídos e em andamento. Dentre eles é possível destacar:

12.4.1.1 Rede Jovem de Cidadania (RJC):

É um projeto em andamento que visa articular centenas de grupos e movimentos juvenis de Minas Gerais. Sua primeira intervenção foi em 2003 e já possui um grande acervo histórico a respeito do olhar do jovem sobre seu entorno social, que muitas vezes não é mostrado na mídia. Os programas produzidos vão ao ar semanalmente, sendo que numa semana é televisionado pela Rede Minas de Televisão (rede estadual) e na outra semana, pela TV Brasil (rede nacional). O objetivo do projeto é abrir espaço para que os jovens possam falar dos assuntos que lhes são relevantes, possibilitando a expressão e a discussão de questões ligadas ao jovem.

12.4.1.2 Rede Juventude de Atitude:

É um projeto que também está em andamento e tem como objetivo dar visibilidade aos jovens das periferias por meio de documentários de curta duração sobre movimentos artísticos e culturais de diferentes regiões de Belo Horizonte. Os grupos de jovens focam em temas como raça, fé, teatro, dança, gênero, sexualidade e literatura. Além das oficinas audiovisuais, os jovens têm a oportunidade de participar de atividades educativas como contação de histórias, fotografia, literatura, grafite, artesanato, poesia e jogos teatrais. O projeto teve alguns desdobramentos, como o Juventude de Atitude Minas e o projeto Videoinvenção.

O projeto *Juventude de Atitude Minas* levou suas atividades para o interior do estado, na Lapinha (Distrito de Santana do Riacho) e Bichinho (povoado do município de Prados). O projeto deu origem a um site – <http://juventudedeatitude.org.br/> –, além de 12 vídeos que levantaram os temas da memória, patrimônio e meio ambiente.

Já o projeto *Videoinvenção* envolveu grupos da grande BH e do vale do Jequitinhonha. Os temas sobre exploração sexual de crianças e adolescentes, preservação ambiental, violência policial em vilas e favelas, e a mostra da produção artística dos 100 jovens que participaram do projeto, foram exibidos em um site – <http://aic.wikispaces.com/VIDEO+INVENÇÃO> – e em uma série de 20 vídeos.

Em 2011, a Rede Juventude de Atitude pode expandir o projeto para Belo Oriente, Itueta, Governador Valadares e Conselheiro Pena, em Minas Gerais; Serra e Cariacica, no Espírito Santo, além de Belo Horizonte e região metropolitana. Com o apoio do Ministério da Cultura e do patrocínio da Vale, o objetivo dessa nova fase é o fortalecimento da atuação de jovens na promoção de iniciativas culturais em suas respectivas comunidades.

12.4.1.3 Estação da Música Jovem:

É um projeto que passa por diversas cidades levando um festival de música e um programa de formação em produção de gestão cultural. A cultura é vista como um meio de inclusão social, além de mostrar as realizações dos artistas e músicos das comunidades. O projeto conta com o patrocínio da Vale e já passou por Resplendor, Santa Bárbara, Itabira, Governador Valadares, Ipatinga, Aimorés (em Minas Gerais); e Colatina e Baixo Guandu (no Espírito Santo).

12.4.1.4 Oi!Kabum:

É uma escola de arte e tecnologia, apoiada pelo Instituto Oi Futuro e integrada ao Plug Minas, projeto do Governo de Minas Gerais. Ela busca atender jovens de 16 a 22 anos, moradores comunidades populares urbanas, por meio da formação em tecnologias de comunicação, para a inserção em contextos de trabalho artístico-culturais.

12.4.2 Observatório da Juventude – UFMG

O Observatório da Juventude é um projeto iniciado no ano de 2001, por iniciativa do professor Juarez Dayrell (UFMG). Inicialmente era um projeto de extensão que tinha como tema a cultura dos jovens, como por exemplo, o movimento Hip Hop.

Depois de um tempo esse projeto foi dividido, e o Observatório da Juventude se expandiu para além do projeto de extensão e investiu também em pesquisas. Hoje o Observatório atua em todo o Brasil e possui diferentes frentes, entre elas:

- a) Juventude e Ensino Médio inovador: esse projeto tem como objetivo repensar os vínculos entre os jovens e a escola, principalmente no Ensino Médio. Ele possui três ações principais: (1) a primeira delas é a formação de professores, que ocorre através de um curso a distância sobre a temática da juventude. É um projeto que funciona junto com o MEC. O Observatório ajudou na autoria dos seis módulos apresentados nesse curso, que englobam vários temas como a sexualidade juvenil, a cultura e a violência. O projeto primeiramente foi aplicado no Norte e no Nordeste do país, depois foi levado para o Sudeste, Centro-Oeste e Sul, e hoje se encontra na sua etapa final. (2) A segunda ação é a criação de um portal chamado “Em diálogo”, que é uma rede social que compartilha arquivos e materiais entre alunos e professores do Ensino Médio. Há uma participação maior dos professores em relação aos alunos e, por isso, um dos objetivos do projeto é fazer com que os alunos se engajem mais e compartilhem mais materiais e opiniões no portal. (3) A terceira ação é um livro que está sendo escrito coletivamente por especialistas de todo o país, a partir do que é discutido em seminários que tratam de assuntos mais gerais sobre a juventude, abordando desde a relação da juventude com o Ensino Médio até a criação de políticas públicas.
- b) Outra frente do Observatório é a realização de pesquisas sobre a juventude. Dentre elas é possível citar: Juventude e Participação; Juventude e Ensino Médio (realizado no Pará); e uma pesquisa qualitativa solicitada pela UNICEF, que abrangeu quatro países, na qual o Observatório foi escolhido para falar da evasão escolar da juventude no Ensino Médio no Brasil.

- c) Em uma terceira frente, o Observatório tem como função orientar mestrandos e doutorandos em seus projetos.
- d) Atividades de extensão: há vários projetos de extensão que nascem a partir da demanda da população participante. Dentre eles, é possível citar: o Interagindo, que é um projeto com jovens da cruz vermelha, demandado pela própria Universidade e que já está na sua quarta edição; a Pastoral do Menor, que é um projeto de formação de jovens, no qual se discutem questões como, por exemplo, política e gênero; formação de Agentes Culturais (Oficineiros) e, por fim, o Observatório tem parceria com o Fórum das Juventudes (descrito acima).
- e) O Observatório também atende demandas diversas, como a realização de palestras e cursos que são requisitados pela Prefeitura, por ONGs, por escolas e outras instituições.

12.4.3 Oficina de Imagens - OI¹²

A Oficina de Imagens foi fundada em 1998, em Belo Horizonte, e tem como objetivo promover os direitos das crianças, jovens e adolescentes por intermédio da participação em meios de comunicação e ações públicas, experimentando a comunicação em espaços educativos, além de favorecer o acesso das comunidades às produções audiovisuais e cultura digital. A Oficina atua em vários campos político-sociais. Muitos de seus projetos e programas extrapolam o município de Belo Horizonte e mesmo o estado de MG. No entanto, são de importância para este Diagnóstico, na medida em que representam estratégias de ação e modalidades de levantamento de dados aplicados ao município Belo Horizonte também.

São campos de atuação da OI:

- a) Educomunicação: a leitura crítica da mídia, o conhecimento dos Direitos Humanos e a gestão participativa dos educandos são os pressupostos dessa atuação, que tem por objetivo criar uma relação horizontal entre professores e

¹² Fonte: <http://www.oficinadeimagens.org.br/>
<http://www.redeandibrasil.org.br/sitemap>
Relatório UNICEF – Educação, Comunicação & Participação: Oficina de Imagens (pp.139-151), disponível em:
http://www.unicef.org/brazil/pt/midia_escola.pdf

alunos. Além dessa conscientização, a mobilização social é favorecida pelo uso de elementos comunicativos como: fotografia, vídeo, rádio, jornal, redes sociais, que ajudam a promover canais de diálogo entre as pessoas. Essa ação vai além da escola porque a Oficina acredita que a cidade, como um todo, é responsável pela formação de cidadãos. Dois projetos dentro desse campo são:

- b) Comunic@ Escola: esse projeto é baseado na premissa de uma maior integração entre escola, alunos, pais e comunidade e tem a parceria do programa Escola Integrada, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Já participaram do projeto 150 crianças das escolas Municipais São Rafael, localizada na Vila São Rafael, bairro Pompéia, e Professora Alcida Torres, localizada no bairro Taquaril. São trabalhados temas de direitos humanos, através de metodologia que traz referências para a interpretação crítica da mídia, além de pesquisa sobre as comunidades envolvidas. Os participantes também vivenciam oficinas de fotografia, vídeo, textos e rádio escolar. O projeto recebeu em 2009 o Prêmio Parceiros da Escola Integrada, concedido pela Prefeitura de Belo Horizonte – Secretaria Municipal de Educação.
- c) Programa de Educação Sexual e Promoção da Saúde (PESS): é uma iniciativa da Vale, e é coordenado pela Oficina de Imagens, com o objetivo de envolver jovens e adolescentes, comunidades, escolas, participantes do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes (SGD) e unidades de saúde, para trabalharem a favor da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e da gravidez indesejada na adolescência, na promoção dos direitos sexuais e no enfrentamento da exploração sexual contra meninos e meninas. As regiões que são diretamente afetadas pelo Programa de Capacitação e Logística Norte (CLN), da Vale, recebem as formações que acontecem no Maranhão (São Luís, Santa Rita, Bom Jesus da Selva, Anajatuba, Itapecuru-mirim, Alto Alegre do Pindaré, Buriticupu, Açailândia e Cidelândia) e no Pará (Marabá e Parauapebas). Essa mobilização social é uma medida complementar às medidas dos estados e municípios. A metodologia se baseia em: (a) Articulação de Alianças, que envolvem lideranças comunitárias com o objetivo

de fazer o levantamento da realidade enfrentada em cada local. A Oficina de Imagens oferece suporte técnico, como produtores, técnicos de audiovisual, arte-educadores, grupos de teatro, para que ocorra uma divulgação do programa; (b) palestras de mobilização, que funcionam por meio de reuniões das lideranças, dos jovens, das escolas, para promover a prevenção de DSTs e da violência sexual; e (c) minicursos, que são desenvolvidos com os participantes do PESS, para que estes desenvolvam metodologias em prol da educação e da prevenção das DSTs, da gravidez na adolescência e da violência sexual.

12.4.3.1 Participação social e políticas públicas:

Através da mobilização social, a OI objetiva contribuir para o fortalecimento do sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente. São programas desse campo:

- a) **Novas Alianças:** o programa surgiu em 2006 e já envolveu 77 cidades do estado. Possui o apoio da Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI), da Frente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Minas Gerais, da Fundação Avina, da Fundação Vale, do Instituto Ágora em Defesa do Eleitor e da Democracia e do Instituto C&A. Seu objetivo principal é monitorar políticas e orçamentos públicos, para que sejam priorizadas as questões da criança e do adolescente.
- b) **Selo UNICEF – Município Aprovado:** tem o objetivo de concretizar a missão dos municípios em garantir às crianças e aos adolescentes um espaço para a realização da cidadania, através da elaboração de políticas públicas que promovam o desenvolvimento físico, mental e emocional dos mesmos. Iniciado em 1999, no Ceará, o projeto vivenciou a sua expansão apenas em 2006, quando foi garantida a participação de municípios de mais dez estados: Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe. Esses onze estados, no total, estão inseridos no pacto “Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido”, que consiste em um documento que afirma o compromisso

assumido em 2004 pelos governadores destes estados, em cumprir metas nas áreas da saúde, educação e proteção, a fim de promover uma melhoria de vida para as crianças e os adolescentes. O Selo possui uma grande capacidade de mobilização, sendo que a sexta edição já está em andamento e fundamenta-se em três pilares: Impacto Social, Gestão de Políticas Públicas e Participação Social.

12.4.3.2 Políticas de Juventude

Neste campo, entende-se que a comunicação deve servir de ferramenta para fazer com que o jovem participe da construção de políticas públicas através do exercício e do direito da livre expressão. Há vários projetos, dentre eles:

- a) Coletivo Jovens Interagindo (JITE): criado em 2002, com o intuito de estabelecer a participação de jovens e adolescentes em temas como: cidadania, sexualidade, questão racial e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Também foram montadas cartilhas sobre os respectivos temas.
- b) Rede de Jovens Comunicadores do Semiárido: nascido em 2008, com 40 jovens, esse projeto é uma parceria com o programa Selo UNICEF – Município Aprovado com o objetivo de estimular a troca de experiências entre os jovens da região em prol da participação das políticas públicas de lideranças juvenis. Para tal, foi criada uma rede social dos jovens comunicadores do semiárido, a qual se tornou um local de discussões e de publicação de vídeos. A participação política desses jovens acontece através do Comitê Gestor Um Mundo para a Criança e o Adolescente do Semiárido Mineiro.
- c) IrRadiando: a busca da melhoria de qualidade de vida pode ser feita através de peças de rádio e vídeo e do conhecimento sobre o ECA. Esta é a premissa desse projeto que acontece no norte de Minas e nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Em 2008 e 2009, 19 municípios participaram de cursos de uma semana de duração e trabalharam os temas: Rádio, Audiovisual e Comunicação e Direitos. Os vídeos produzidos foram transmitidos no Circuito TV de Rua e os participantes receberam câmeras de vídeo e gravadores para dar

continuidade aos projetos. O IrRadiando conta com uma unidade móvel multimídia.

- d) **Mídia Tática Jovem:** o objetivo desse projeto, que surgiu em 2011, é conscientizar jovens e adolescentes sobre os seus direitos, e combater a violência contra as crianças e adolescentes através da comunicação. O Mídia Tática Jovem tem parceria do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e abrange três cidades brasileiras: Contagem (MG), Lauro de Freitas (BA) e Vitória (ES). Na primeira parte do projeto foram realizadas oficinas de fotografia, atividades de serigrafia, mapeamento do território e pesquisas com a comunidade sobre as demandas da região e conscientização sobre o lixo. Em junho de 2012, iniciou-se a segunda parte do projeto com o objetivo de formar jovens realizadores de oficinas e eventos culturais na cidade de Contagem. Uma consequência do projeto foi o *Coletivo Casa Amarela*, que tem como objetivo transformar esse espaço, anteriormente abandonado, em um centro cultural. Nesse espaço são realizadas atividades como sarau, batalha de MCs e sessões de Cineclube.
- e) **Juventudes Urbanas:** nascido em 2009, esse projeto surgiu com o objetivo de mapear os principais grupos, movimentos e organizações ligadas à juventude. Tem parceria com a ONG Museu da Pessoa, com a agência de mobilização social Aracati e com a Fundação Avina.

12.4.3.3 Comunicação:

Tem por objetivo favorecer o debate público em torno das questões da criança e do adolescente, entendendo-o como sendo de extrema importância para que mobilizações ocorram. A comunicação se torna essencial porque é através do acesso à informação que essas mobilizações ganham força.

- a) **Rede ANDI Brasil:** a base desse projeto é a mobilização da imprensa. A Rede ANDI Brasil monitora jornais impressos (cerca de 116) e trabalha junto a três públicos: jornalistas; integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos; e estudantes de Comunicação. Sendo parte integrante da Rede ANDI Brasil, a Oficina de Imagens fornece suporte para que as ações das organizações sejam

mais visíveis, de maneira a efetivar a mobilização de diversos setores em prol da causa. Para isso, a Oficina de Imagens produz o *Prioridade Absoluta*, que consiste em um boletim com sugestões relacionadas à área da criança e do adolescente. É através de estágios e de palestras nas universidades que os estudantes de Comunicação são conscientizados a respeito da responsabilidade sobre questões e temas polêmicos relacionados à criança e ao adolescente.

- b) CDC Comunica: Os Comitês de Desenvolvimento Comunitário são espaços de discussão e execução que envolvem a comunidade como um todo e que produzem boletins informativos sobre a infância, a adolescência e a juventude. Esse projeto é uma parceria da Oficina de Imagens e do Instituto Camargo Corrêa. Os municípios participantes são: Apiaí (SP), Bodoquena (MS), Cabo de Santo Agostinho (PE), Ijaci (MG), Ipojuca (PE), Jacareí (SP), Porto Velho/Jirau (RO), Juriti (PA), Pedro Leopoldo (MG) e Santana do Paraíso (MG).
- c) Comunicação especializada: devido aos conhecimentos adquiridos em projetos diversos, a OI pode desenvolver um jornalismo específico voltado para crianças e adolescentes. O acervo é grande e serve de base para profissionais e cidadãos que atuam nessa área.
- d) Campanhas e publicações: A OI possui um grande acervo de publicações e campanhas, de formatos variados, que tem por objetivo colocar em evidência as questões da criança e do adolescente.

12.4.4 Brigadas Populares – Dandara¹³

As Brigadas Populares são uma organização de caráter nacional, popular e socialista, que busca construir uma pátria que combata o capitalismo vigente. Para instaurar o

¹³ Fonte: <http://brigadaspopulares.org.br/>
<http://brigadaspopularesdobrasil.blogspot.com.br/2012/01/manifesto-das-novas-brigadas-populares.html>
<http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/2009/04/um-mar-de-barracos-de-lona-o-que.html>
<http://www.diarioliberalidade.org/brasil/repressom-e-direitos-humanos/36341-comunidade-dandara-de-belo-horizonte-exemplo-de-luta-por-dignidade.html>
<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/02/tjmg-mantem-moradores-na-ocupacao-dandara-em-belo-horizonte.html>
https://docs.google.com/document/d/1Eq_gMHgFIw5NCMmkCV-QpnKpIojSMpeRxoTRLI69s4M/edit
<http://frentedejuventude.blogspot.com.br/>

socialismo, sugerem a ação conjunta entre brasileiros, trabalhadores e trabalhadoras internacionais, defendendo, assim, a soberania popular de forma conjunta.

A revolução é um dos meios de garantir uma solução plausível para os problemas das grandes massas. Para isso, é proposto que haja uma maior integração dos setores de esquerda do país, e a militância, disciplinada e organizada, seria o principal meio para atingir tal objetivo.

As Brigadas Populares atuam em várias partes do Brasil e possuem 5 frentes, dentre as quais a frente da Juventude. Sua atuação em Minas Gerais pode ser exemplificada pela Dandara – uma ocupação em Belo Horizonte, localizada no bairro Céu Azul, iniciada com o apoio do MST, das Brigadas Populares e do Fórum de Moradia do Barreiro.

A ocupação iniciou no dia nove de abril de 2009, com 150 famílias ocupando um terreno de 315 mil metros quadrados, que pertencia à Construtora Modelo, porém estava abandonado desde os anos 1970, além de ter muitas dívidas acumuladas. Hoje são mais de mil famílias vivendo no local. A ação possui um perfil rural, uma vez que tem apoio dos atuantes da Reforma Agrária e da Reforma Urbana. Os moradores reivindicam a divisão do terreno para as famílias poderem ter sua moradia e também utilizarem parte da área para a agricultura, seja para subsistência ou para complementação da renda. No projeto, a proposta de parcelamento seria 887 lotes individuais e três áreas coletivas. Os moradores são pessoas de baixa renda, que não possuem lugar para morar; ou que moravam em áreas de risco; ou, ainda, que não conseguiram pagar o aluguel de onde moravam.

Desde o primeiro dia de ocupação, a polícia tentou retirar as pessoas do local e a Construtora Modelo quer a restituição do terreno. A comunidade depende de doações e vive, assim, com poucos recursos. O acesso à água, à luz e ao saneamento não existe, o que gera problemas de saúde e higiene. Outro problema enfrentado pela comunidade é a falta de comprovante de endereço, que impede, por exemplo, muitos jovens de estudarem.

Apesar dos pedidos de restituição do terreno realizados pela Construtora Modelo, no dia dezanove de fevereiro de 2013, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) negou o pedido da construtora, permitindo que os moradores permanecessem no local. Há também um blog destinado ao protesto contra a Comunidade Dandara, alegando que os moradores da região sofrem com ações clandestinas, como “gatos” realizados pelos habitantes da comunidade.

12.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa, foi possível perceber, a partir do Fórum das Juventudes da Grande BH e, especificamente, em encontro realizado com jovens da ocupação Dandara, que a juventude é extremamente plural. E mais: esta pluralidade não é, amiúde, contemplada pelas políticas públicas do município de Belo Horizonte. De modo geral, a análise das temáticas abordadas nos indicam um distanciamento e um desconhecimento destas juventudes.

Conclui-se que, geralmente, se lida com uma juventude abstrata, desconhecendo-se e/ou não se trabalhando com suas realidades e necessidades concretas. No entanto, conhecer estas juventudes é delas se aproximar, ouvi-las.

Paralelamente, observa-se um recrudescimento da violência nos diversos âmbitos da vida dos jovens – entre os pares, nas lides do tráfico e nas relações com a polícia. Como se o jovem fosse naturalmente violento, quando, na verdade, ele está envolto em violências e violações.

É nos contextos de vida e convívio, em suas diferentes conexões com a educação, com o lazer e a cultura, com a profissionalização e o direito à cidade que estão as soluções para a problemática da violência. A criminalização e a repressão têm gerado mais violência.

Ressalte-se que o contato com os jovens e com as instituições populares que buscam atendê-lo evidencia a importância da busca por melhorias na educação por parte do poder público; melhores condições de empregabilidade, com trabalhos dignos; acesso à cultura e à possibilidade de trabalhar no cenário cultural, mas de modo não precarizado; necessidade de revisão dos paradigmas relativos à questão da violência, inclusive no que se refere à temática das drogas; carência de tratamento respeitoso e de comprometimento, sobretudo com relação às juventudes das periferias.

Esses são os gritos gerais de uma pluralidade de vozes. Vozes que não se calam, e nem sempre são compreendidas. Ao poder público, cabe a continuidade e ampliação da escuta dessa polifonia, de modo a obter melhores condições para a ação e promoção continuadas, visando ao fortalecimento da cidadania.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO IMGEM COMUNITÁRIA. Disponível em: < www.aic.org.br/>. Acesso em: 13 de Fev. 2013.

BELO HORIZONTE. **Praia da Estação nasce do decreto 13.798 de 9 de dezembro de 2009**. Diário Oficial do Município. DOM, 10 de Dezembro de 2009. Ano XV - Edição N.: 3481.

BOCCO, F.; LAZZAROTTO, G. D. R. (Infr)Atores Juvenis: artesãos de análise. In: **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre. 16 (2), maio/ago, p. 37-46. 2004.

BRIGADAS POPULARES. Disponível em: < <http://brigadaspopulares.org.br> >. Acesso em: 12 de Jan. 2013.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

CASTRO, L. R. **Os jovens podem falar?** Sobre as possibilidades políticas de ser jovem hoje. In: DAYREL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.), *op.cit.*

CORTES, S. T. Juventude, direitos e violência: análise da (não) garantia de direitos no contexto da sociabilidade capitalista. In: **Argumentum**. Vitória. Ano 3, n.3, v. 1. p.186-203, jan./jun. 2011.

DAYREL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. (Orgs.). **Juventudes Contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2010.

FURLANI, D. D.; BOMFIM, Z. A. C. Juventude e Afetividade: tecendo projetos de vida pela construção dos mapas afetivos. In: **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre. 22 (1). p. 50-59, 2010.

GONÇALVES, H. S. et.al. Problemas da Juventude e seus Enfrentamentos: um estudo de representações sociais. In: **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre. 20 (2). p. 217-225, 2008.

KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

NASCIMENTO, F. S.; CORDEIRO, Rosineide L. M. Violência no namoro para jovens moradores de Recife. In: **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre. 23 (3). p. 516-525, 2011.

PÉREZ, B. C.; CASTRO, L. R. de. Jovens no Rio de Janeiro: percursos, inseguranças e riscos. In: **Educação**. v. 36, n. 1. Santa Maria. p. 107-120, jan./abr. 2011.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS. Pró-reitoria de Graduação. Sistema de Bibliotecas. **Padrão PUC Minas de normalização**: normas da ABNT para apresentação de teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos. 9. ed. rev.

ampl. atual. Belo Horizonte: PUC Minas, 2011. Disponível em: <<http://www.pucminas.br/biblioteca>>. Acesso em: 02 jul.2013.

REDE JUVENTUDE DE ATITUDE. Disponível em: < <http://juventudedeatitude.org.br/>>. Acesso em: 15 de Fev. 2013.

ROCHA, N. M. F. D.; GÓIS, C. W. L. Trajetórias de jovens no mundo do trabalho a partir da primeira inserção: o caso de Sísifo em Maracanaú - Ceará, Brasil. In: **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre. 22 (3). p. 466-475, 2010.

SOARES, L. E; BILL, MV; ATHAYDE, C. **Cabeça de Porco**. Rio de Janeiro: Editor Objetiva, 2005.

SOUSA, C. A. de M. Novas Linguagens e Sociabilidades: como uma juventude vê novas tecnologias. In: **Interações**, Lisboa. Nº 17. p. 170-188, 2011.

TOMAZETTI, E. M. Entre o “gostar” de estar na escola e a invisibilidade juvenil: um estudo sobre jovens estudantes de Santa Maria, RS. In: **Educação**. Santa Maria. v. 36, n. 1. p. 79-94, jan./abr. 2011.

UNICEF. Relatório UNICEF – Educação, Comunicação & Participação: Oficina de Imagens (pp.139-151), disponível em: < http://www.unicef.org/brazil/pt/midia_escola.pdf >. Acesso em: 08 Jan. 2013.

WILHELM, F.; PERRONE, C. M. Produção de subjetividade frente ao mercado de trabalho no contexto da organização estudantil. In: **Psicologia & Sociedade**. Porto Alegre. 24 (1). p. 160-169, 2012.